

A.I. Nº - 269138.0013/24-2  
AUTUADO - POSTO TRANCOSO LTDA.  
AUTUANTE - JEFFERSON MARTINS CARVALHO  
ORIGEM - SAT / COPEC  
PUBLICAÇÃO - INTERNET 08/05/2025

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0084-02/25-VD

**EMENTA:** ICMS. 1. FALTA DE RECOLHIMENTO. OMISSÃO DE ENTRADAS DE MERCADORIA SUJEITA AO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. **a)** RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA; **b)** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. Observados ganhos volumétricos registrados pelo autuado no LMC/Registro 1300 da EFD acima dos índices admitidos pela ANP, em vários períodos dos exercícios 2019, 2020, 2022 e 2023. Os ganhos registrados, fora dos limites admitidos, não podem ser compensados com perdas registradas em outros dias para efeito de descaracterização da infração. Demonstrativos suportes foram entregues ao autuado e refletem a apuração do imposto devido. Infrações subsistentes. 2. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS. OCORRÊNCIAS DE 01 A 30 DIVERGÊNCIAS NA ESCRITURAÇÃO DA EFD. Infração não impugnada. Afastado o pedido de diligência. Rejeitadas as preliminares de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 02/06/2024, exige o valor de R\$ 346.497,59, em decorrência das seguintes infrações:

**Infração 1 – 004.007.001:** Falta de recolhimento do imposto, na condição de responsável solidário, por ter adquirido combustíveis de terceiros desacompanhados de documentação fiscal e, consequentemente, sem a respectiva escrituração das entradas das mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, apurado mediante verificação de variação volumétrica em índice acima do admitido pela ANP registrada no LMC/Registro 1300 da EFD. **Valor:** R\$ 317.422,16. **Período:** janeiro a dezembro 2019, janeiro a março e julho 2020, julho 2022 e janeiro 2023. **Enquadramento legal:** Arts. 4º, § 4º, IV; 6º, IV; 23-A, II da Lei nº 7.014/96; Art. 10, parágrafo único da Portaria nº 445/98. **Multa** de 100%: Artigo 42, inciso III, “d” da Lei nº 7.014/96.

**Infração 2 – 004.007.002:** Falta de recolhimento do imposto por antecipação tributária, de responsabilidade do próprio sujeito passivo, apurado em função do valor do PMPF, deduzida a parcela do tributo calculado a título de crédito fiscal, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhadas de documento fiscal, decorrente da omissão do registro de entrada de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, apurado mediante verificação volumétrica em índice acima do admitido pela ANP, registrada no LMC/Registro 1300 da EFD. **Valor:** R\$ 28.155,43. **Período:** janeiro a dezembro 2019, janeiro a março e julho 2020, julho 2022. **Enquadramento legal:** Arts. 4º, § 4º, IV; 6º, IV; 23, § 6º, II, alínea “b” da Lei nº 7.014/96; Art. 10, parágrafo único da Portaria nº 445/98. **Multa** de 100%: Artigo 42, inciso III, “d” da Lei nº 7.014/96.

**Infração 3 – 016.014.005:** Ocorrências de 01 a 30 divergências na escrituração da EFD no período de apuração, que não caracterizam omissão. **Valor:** R\$ 920,00. **Período:** outubro 2019 e fevereiro 2020. **Enquadramento legal:** Arts. 247, 248 e 250 do RICMS-BA. **Multa:** Artigo 42, XIII-A, “m”, da Lei nº 7.014/96.

Com fulcro no art. 123 do RAPF, o representante legal do autuado apresenta a Impugnação de fls. 51/60. Relatando os fatos, diz que a autoridade fiscal autuante levantou números irreais desconhecendo que a substituição tributária fora cumprida, assim como desprezou a legislação da ANP no que se refere às aferições e escrituração do LMC. Seguindo, pontua a defesa:

#### FALTA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTO

Reproduzindo parte do demonstrativo do débito do AI diz que a autoridade julgadora deve conhecer a nulidade da “notificação fiscal”, na medida em que não atende aos reclamos legais porque teria que somar ao AI as NFs 269138.0014/24-9 no valor de R\$ 6.256,76 e 269138.0009/24-5, no valor de R\$ 3.924,45 que, somado, superam R\$ 10.000,00, de modo a ser lavrado Auto de Infração correspondente (COTEB: Art. 129), o que não ocorreu, já que se relacionam às mesmas operações veiculadas neste AI.

Fala que o levantamento neste AI é desencontrado por não considerar NFs existentes e com destaque do imposto incidente, nem o Livro Registro de Notas, mas manipulando as NFs para dizer ter havido falta de recolhimento de imposto. Aduz que os demonstrativos do AI decorrem estão errados porque as operações ocorreram com substituição tributária, ou “omissão de análises em documento” que podem ser retificados, mas o ICMS foi recolhido.

Alega não poder admitir errada contabilização de notas fiscais no levantamento do Autuante ou considerar defeitos de escrituração para se cobrar imposto, pois sequer examinou o livro de registro de NFs, ou se pediu maiores esclarecimentos, razão pela qual o “desvio de entendimento” do Autuante deve ser reformado pelo CONSEF, já que a revenda de combustíveis pressupõe compra a granel na Distribuidora, transportados por carretas tanque e descarregados em vasos subterrâneos de 15.000 ou 30.000 litros nos postos para venda em pequenos volumes em bombas com sistema de medição, etapas nas quais os produtos sofrem pequenas variações volumétricas, cujo processo passa a descrever com detalhes:

- 1) Variações na compra, transporte e armazenamento
  - a) Recebimento e transporte do produto

Na comercialização de combustíveis, especialmente do álcool através da NBR 5992, gasolina e diesel através da Resolução nº 06/70 do CNP, estabelece-se uso de tabelas de correção para temperaturas acima de 20°C, contemplando oscilações de volume entre os atos da compra e revenda ao consumidor. Exemplifica que a gasolina comprada e embarcada com 27°C e densidade de 750 gr/litro, quando comercializada a 29°C, pode ter volume reduzido em 0,21%.

- b) Evaporação no armazenamento de Gasolina

A norma a ANP prevê abate diário de até 0,6% do volume estocado, em função das perdas por evaporação no manuseio do produto. Informa que os tanques de armazenagem possuem tubulação de respiro para evitar a sobre pressão de gases, mas o respiro permite evaporação do produto.

- c) Instrumento de medição dos Tanques

As medições de volume são feitas com varas de madeira metrificadas que ao serem introduzidas apresentam área molhada para leitura e a imprecisão decorre do fato de as tabelas serem únicas para todos os tanques, em função de sua inclinação, mas podem gerar erros substanciais.

- 2) Variações ocorridas na comercialização do produto
  - a) Venda do Combustível.

O Ibametro afere os bicos de abastecimento ao consumidor com uso de balde recipiente para 20 l e para cada medição se permite uma variação de +/-100 ml, o que implica numa permitida variação de + ou - 0,5% na comercialização e, para evitar pesadas multas, o posto realiza periódicas medições.

### 3) Sujeição de problemas com encerrantes das bombas

Diz que o posto revendedor se encontra susceptível de alterações nos encerrantes das bombas medidoras por queda de energia ou por problemas mecânicos, os quais devem ser considerados pela fiscalização.

Admite poder ter havido erros que contaminaram o AI, em face dos erros não terem sido contabilizados, assim como não se considerou a substituição tributária, não se justificando o rigor fiscal no caso que entende confiscatório, pois o imposto foi recolhido por antecipação, fato que pode ser atestado pela ASTEC.

Afirma que os dispositivos do RICMS-BA mencionados no AI não foram violados, entendimento que pode ser confirmado quando da apreciação judicial.

Seguindo, diz que, se descartada a possibilidade de afastamento da responsabilidade por solidariedade da Autuada, ter-se-ia que considerar a responsabilidade por eventual não recolhimento do imposto da Distribuidora, razão pela qual deve ser afastada a multa, atendo-se somente ao principal com acréscimos de mora, de modo que o Estado não venha a se “locupletar” com cobrança de imposto ao Posto Revendedor que, no caso, agiu de boa-fé e não contribuiu para ocorrência da suposta infração.

Concluindo, requer que o AI e notificações citadas sejam julgados improcedentes e que, caso assim não se entenda, que se descaracterize a multa aplicada, pois, o correto, seria aplicação de multa acessória pela emissão de NF, quando teria que emitir cupom fiscal.

Também requer a nulidade dos demonstrativos da autuação, não podendo o Estado usar “dois pesos e duas medidas” aplicando as normas da ANP somente em parte que prejudica o Autuado, desprezando as diferenças que acobertariam a indicação da falta de recolhimento e falta de antecipação do imposto.

Pede seja considerado o indevido desdobramento da ação fiscal com imposição das duas notificações, por somarem R\$ 18.692,46.

A autoridade fiscal autuante presta informação fiscal às fls. 71-74.

Contestando as indagações defensivas, esclarece, de logo, que a divisão dos valores cobrados na mesma ação fiscal foi automaticamente feita pelo Sistema de lavratura de Créditos Tributários – SLCT. Portanto, sem sua ingerência como autoridade fiscal autuante.

Esclarece que as infrações 04.07.01 e 04.07.02 tratam da cobrança de ICMS devido por aquisição de combustíveis de terceiros sem documentação fiscal e que na ausência da documentação fiscal correspondente não há prova de recolhimento feito por substituição tributária. Então, não cabe alegar que o “imposto foi recolhido pela fonte que forneceu o combustível”.

Seguindo, diz que uma rápida leitura do material anexado ao AI permite ver a falsa alegação de não consideração de “notas fiscais existentes e com destaque do imposto que incidiu e que foi repassado para o Estado, nem o Livro de Registro de Notas”.

Registra que também a defesa alega que o “fisco não considerou as entradas de acordo com as notas fiscais”, mas basta olhar a planilha “1300+E\_NFe” anexada ao PAF em pasta do Excel para ver que cada NF-e foi devidamente associada com a movimentação anotada no Registro 1300 da EFD.

Diz não serem corretos os argumentos da autuada de que as diferenças apontadas seriam derivadas dos próprios procedimentos operacionais do posto e, portanto, aceitáveis, pois lembra



que o posto revendedor de combustíveis deve escriturar o Livro de Movimentação de Combustíveis – LMC instituído pela Port. DNC 26/92 prevendo aceitáveis as variações para ajustes de perdas ou ganhos dentro do limite de 0,6% dos volumes disponíveis para comercialização no dia. Exemplifica que um volume embarcado a 27°, quando comercializado a 29°C não contrai, como alega o Impugnante, mas expande.

Prosseguindo, reproduz figura retirada da Resolução CNP nº 6/1970 que contém as tabelas de coeficientes para correção da densidade e do volume dos derivados de petróleo. Fala que utilizando a densidade observada de 0,750 a 27°C, a 20°C a densidade seria 0,7554 e que essa mesma densidade corrigida a 29°C gera uma densidade observada de 0,748. Ou seja, o volume aumenta com a dilatação e a densidade diminui passando de 0,750 a 27° para 0,748 a 29°C. Então, conforme cálculo exemplificativo exposto, se o volume inicial fosse de 1.000 litros, sendo a massa constante, o volume final seria 1.002,6738, significando aumento de volume de 27°C para 29°C de 0,26738%. Muito inferior ao limite da ANP que é 0,6%, mais de três vezes inferior ao limite admitido pela SEFAZ-BA.

Em suma, diz que excluída a possibilidade de erro nas anotações do contribuinte, os ganhos cobrados não podem advir de dilatação térmica, evaporação, imprecisão dos instrumentos e medição ou qualquer outro fato relacionado à regular movimentação de combustíveis porque existem limitações, tanto dos equipamentos (Port. INMETRO 23/85, ABNT NBR 13781, ABNT NBR13787, ABNT NBR13312, ABNT NBR13784, dentre outras), como dos próprios combustíveis, cujas propriedades físicas variam dentro de parâmetros determinados pelos órgãos de controle (ABNT NBR 5992, ABNT NBR 7148 e Resolução CNP nº 6/1970, Port. MTIC 27/59).

Concluindo, diz que a defesa não ilide o lançamento tributário.

Intimado acerca da Informação Fiscal, o sujeito passivo se manifesta às fls. 84-87. Argui preliminar de nulidade alegando que o AI não foi assinado pelo Autuante e nem lhe foi concedido acesso a todas as informações constantes dos levantamentos feitos pela Inspetoria Eletrônica, encaminhando-se somente poucas informações resumidas e tampouco lhe foi disponibilizado mídia com todo o levantamento fiscal, o que implica no cerceamento do direito de defesa.

Também alega que não se poderia encaminhar novos cálculos, em especial, com uso do sistema ao qual o contribuinte não tem acesso, com concessão de dez dias, ante a necessidade de maior estudo e levantamento para poder mensurar falhas ou incorreções, inclusive verificando no LMC escriturado dias anteriores e posteriores à indicação de incorreções para se levantar supostos ganhos.

Fala não poder confundir o sinal de quem emitiu o e-mail para conhecimento do AI com assinatura no AI, cuja previsão consta do RPAF, “não se podendo tomar papéis gerados ou preenchidos pelo sistema com o próprio AI. Portanto, não se aplica o art. 15, § 1º, como quer o Autuante.

Expressa não justificar “o não encaminhamento de todo demonstrativo, querendo impor a sua vontade quando coloca que todo demonstrativo que baseou o auto foi emitido, quando isto não é verdade, pinçando-se somente alguns dias, onde ocorreu suposto ganho, sem ao menos destacar todas as informações ocorridas neste mesmo dia ou mesmo nos dias anteriores e posteriores”, aduzindo se ter desconhecido a figura da compensação possível entre dias.

Repisa não justificar a não lavratura de um só AI para todas as infrações apuradas na mesma ação fiscal na medida em que no presente AI se busca indicar falta de recolhimento do imposto na condição de responsável solidário, desacompanhado de documentos fiscais, e no outro AI se tem o PMPF que advém da própria indicação da falta do recolhimento levantado, não se podendo ter distintas decisões, razão pela qual os processos deveriam correr vinculados, por serem interdependentes.

Diz que a alteração da Port. 445/98 pela Port. 159/2019 não pode retroagir, pois alterou questões materiais com a instituição de levantamento diário, e não de questão processual.

Diz que o Autuante despreza o LMC físico em razão da EFD, pois pode haver erro no sistema ou no lançamento a ser corrigido e a autoridade fiscal deve buscar a verdade material para não incorrer em “bitributação” de imposto já recolhido por substituição tributária, erro da EFD que pode ser comprovado com uso do LMC físico, não se podendo admitir cobrança de imposto, nem de PMPF, por presunção de suposta sonegação, tomando-se dias em que se levantou ganho com desprezo dos dias anteriores e posteriores.

Observa que o Estado sempre fez levantamento de estoque anual e não pode torna-lo diário com base na Port. 159/2019 com retroação.

Fala que por não ter recebido todos os demonstrativos, o sujeito passivo, de forma custosa, apresentou defesa justificando as incorreções possíveis na EFD e que o Autuante esquece que “passados cinco anos não se tem papéis de leitura feitas ou mesmo anotações de encerrantes ou pequenos outros detalhes do que se passou, por isso mesmo não se pode desconsiderar o que consta do próprio LMC Físico”.

Conclui ressaltando o direito a se manifestar sobre os novos cálculos, desde que lhe seja encaminhado todo demonstrativo e se lhe conceda trinta dias para a necessária revisão e que não se contabilizou a devolução da NF 000.004.569 de 30/05/2019.

Tendo em vista que o PAF retornou ao CONSEF sem que a autoridade fiscal autuante tivesse conhecido a nova manifestação do sujeito passivo, conforme fl. 101, deferiu-se diligência para tanto.

Por consequência, o Autuante prestou a Informação de fl. 106. Rechaçando os argumentos aduzidos na manifestação defensiva, informa que: a) o AI está assinado à fl. 03; b) o contribuinte recebeu todos os elementos/demonstrativos suportes do AI (fl. 45-46); c) não houve novos cálculos na anterior Informação Fiscal; d) como o controle da movimentação de combustíveis do posto é feito por medições diárias, não é possível a compensação de valores de um dia com os de outro, pois o controle é independente; e) a Port. 159/19 só contempla normas procedimentais e, portanto, pode ser aplicada retroativamente; f) o LMC físico não prova contra a EFD e eventuais erros de lançamento na EFD devem ser demonstrados com elementos documentais correspondentes; g) a autuação não trata de presunções, mas de levantamento de omissões de entradas derivadas dos levantamentos feitos pelo próprio contribuinte, isto é, tem base em fatos conhecidos e registrados pelo sujeito passivo; h) o contribuinte tem obrigação de guardar os documentos relativos às suas atividades por, ao menos, cinco anos, e o descumprimento dessa obrigação não pode ser invocado como defesa; i) o sujeito passivo não ilide o lançamento tributário.

É o relatório.

## **VOTO**

Com suporte nos demonstrativos sintéticos e analíticos de fls. 04-45, em que se mostra, detalhadamente, a memória de cálculo da exação (fls. 08-v a 20), bem como a apuração periódica das omissões de entradas por excedentes de ganhos – Portaria 445/98 (fls. 21 a 29-v e 45) lavrado em 02/06/2024, com ocorrências no período Janeiro a Dezembro 2019, Janeiro a Março e Julho 2020, Julho 2022 e Janeiro 2023, o Auto de Infração constitui crédito tributário de R\$ 346.497,59, acusando o cometimento de 03 infrações: Falta de recolhimento de ICMS por antecipação tributária, na condição de responsável solidário, por ter adquirido combustíveis de terceiros desacompanhados de documentação fiscal e, conseqüentemente, sem a respectiva escrituração das mercadorias sujeitas ao regime de substituição, apurado mediante verificação de variação volumétrica em índice acima do admitido pela ANP registrada no LMC/Registro 1300 da EFD (Infração **004.007.001**); Falta de recolhimento do imposto por antecipação tributária, de responsabilidade do próprio sujeito passivo, apurado em função do valor do PMPF, deduzida a parcela do tributo calculado a

título de crédito fiscal, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhadas de documento fiscal, decorrente da omissão do registro de entrada de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, apurado mediante verificação volumétrica em índice acima do admitido pela ANP, registrada no LMC/Registro 1300 da EFD (**Infração – 004.007.002**); Ocorrência de 01 a 30 divergências na escrituração da EFD no período de apuração, que não se caracterizaram como omissão (**Infração – 016.014.005**).

Examinando os autos constato estar o PAF consoante com o RICMS-BA e com o RPAF-BA/99, pois o lançamento resta pleno dos essenciais pressupostos formais e materiais e os fatos geradores do crédito tributário constam claramente demonstrados.

Assim, considerando que: **a)** conforme recibos e documentos de fls. 47, bem como do que se depreende do contraditório exposto nos autos, cópia do Auto de Infração e dos papéis de trabalho indispensáveis ao esclarecimento dos fatos narrados no seu corpo foram entregues ao contribuinte; **b)** na sua lavratura foi cumprido o disposto no art. 142 do CTN, bem como nos artigos 15, 19, 26, 28, 30, 38, 39 (em especial quanto ao inciso III e §§ , 41, 42, 43, 44, 45 e 46, do RPAF; **c)** o processo se conforma nos artigos 12, 16, 22, 108, 109 e 110 do mesmo regulamento; **d)** as infrações estão clara e exaustivamente descritas, corretamente tipificadas e têm suporte nos demonstrativos e documentos fiscais autuados, emitidos na forma e com os requisitos legais (impressos e em mídia CD: fls. 04-45), bem como identificado o infrator, na altura em que se encontra, constato não haver vício a macular o PAF em análise e que os elementos contidos nos autos são suficientes para a formação de minha convicção, de modo que, com fundamento no art. 147, I, “a”, do RPAF, indefiro a diligência suscitada.

Como exposto no relatório, em aparente confusão entre preliminares de nulidade e questões de mérito, a Impugnação ao lançamento em juízo de revisão neste órgão administrativo judicante consiste em: **a)** nulidade por: a.1) ferir o art. 129, II, do COTEB, uma vez que na mesma ação fiscal também foram lavradas duas notificações cujas soma ultrapassa R\$ 10.000,00; a.2) o AI não ter sido assinado pelo Autuante; a.3) desconsideração de Notas Fiscais de entrada de mercadorias da Substituição Tributária, com destaque de ICMS; **b)** desconsideração das variações volumétricas ocorridas na comercialização de combustíveis, não compensação dos “ganhos” com “perdas” diárias, autuação por presunção; erros/defeitos da EFD e desconsideração do LMC-Físico; falta de pedido de esclarecimentos no curso da ação fiscal; **c)** injustificada aplicação retroativa do § 1º do art. 10 da Port. 445/98;

Compulsando os autos, os elementos de prova nele constituídos e ponderando os argumentos de acusação e defesa, passo a decidir.

Observando que por não ter sido impugnada, a Infração 03 não integra a lide administrativa, a tenho como subsistente com fundamento no art. 140 do RPAF.

**a) nulidade por: a.1) ferir o art. 129, II, do COTEB, uma vez que na mesma ação fiscal também foram lavradas duas notificações cujas soma ultrapassa R\$ 10.000,00; a.2) o AI não ter sido assinado pelo Autuante; a.3) desconsideração de Notas Fiscais de entrada de mercadorias da Substituição Tributária, com destaque de ICMS.**

Sem fundamento lógico e/ou jurídico a nulidade suscitada pois: **a)** A exigência fiscal de ofício inferior a R\$ 39.720,00 pode ser feita via Notificação Fiscal e acima desse valor, via Auto de Infração (COTEB: Arts. 38, 40 e 48); **b)** À fl. 3-v do PAF se vê a assinatura da autoridade fiscal autuante no Auto de Infração; **c)** Contrariando a alegação defensiva, na planilha suporte “1300+E\_NFe”, em formato Excel, constante do CD autuado (fl. 75), cuja cópia foi recebida pelo sujeito passivo, vê-se que todas as NF-e registradas pelo contribuinte no LRE constam consideradas no levantamento fiscal associada com a movimentação anotada no Registro 1300 da EFD.

Afasto, pois, a nulidade suscitada.



Superadas as preliminares, passo ao mérito do caso.

Trata-se de exação fiscal relacionada a tributo originalmente sujeito a lançamento por homologação (CTN: art. 150) em que a legislação atribui ao sujeito passivo a prática de todos os atos de valoração da obrigação tributária, inclusive o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, cabendo a esta apenas homologar os atos de natureza fiscal do contribuinte no prazo decadencial. Nesse caso, ainda que sobre a obrigação tributária não influam quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, em sendo praticados, os atos são, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação (§ § 2º e 3º do artigo 150 do CTN).

**b) desconsideração das variações volumétricas ocorridas na comercialização de combustíveis, não compensação dos “ganhos” com “perdas” diárias, autuação por presunção; erros/defeitos da EFD e desconsideração do LMC-Físico; falta de pedido de esclarecimentos no curso da ação fiscal.**

Com meus destaques, vejamos o enquadramento legal das infrações 01 e 02, pelas quais se exige imposto:

#### **LEI 7014/96**

*Art. 4º Considera-se **ocorrido o fato gerador do imposto** no momento:*

...

*§ 4º Salvo prova em contrário, presume-se a **ocorrência de operações ou de prestações tributáveis sem pagamento do imposto** sempre que se verificar:*

...

*IV - **entradas de mercadorias ou bens, não registradas;***

*Art. 6º São **solidariamente responsáveis** pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte de direito:*

*(...)*

*IV - **qualquer pessoa física ou jurídica, em relação às mercadorias que detiver para comercialização** ou simples entrega desacompanhadas da documentação fiscal exigível ou com documentação fiscal inidônea;*

...

*Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:*

...

*III - **100% (cem por cento) do valor do imposto não recolhido tempestivamente, apurando-se a ocorrência de:***

...

*d) **entradas de mercadorias ou bens não registrados.***

#### **PORTARIA 445/98**

*Art. 10. No caso de **omissão do registro de entrada de mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária:***

*I - se a mercadoria ainda estiver fisicamente no estoque ou se tiver saído sem tributação, deve ser exigido o pagamento:*

...

- b) do imposto devido por antecipação tributária, de responsabilidade do próprio sujeito passivo, apurado em função do valor acrescido, de acordo com os percentuais de margem de valor adicionado previstos no Anexo 1 do RICMS/12, deduzida a parcela do tributo calculada na forma da alínea “a” do inciso I deste artigo, a título de crédito fiscal, com multa de 60% (art. 42, II, “d” da Lei nº 7.014/96);*

...

*Parágrafo único. A **omissão do registro de entrada de combustível, derivado ou não de petróleo, em postos***

*ou revendedores varejistas de combustíveis automotivos será caracterizada quando se verificar que, a título de variação volumétrica em decorrência de dilatação térmica, a quantidade de litros escriturados diariamente como ganho no Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC)/Registro 1300 da EFD excedeu 1,8387% da relação entre ganho e volume disponível (estoque no início do dia + volume recebido no dia), percentual calculado com base em índices técnicos de ganhos e perdas admitidos como normal pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).*

Da normativa acima, é de se esclarecer, de pronto, que a acusação fiscal é **ocorrência de fato gerador tributável sem pagamento do imposto devido** (caput do art. 4º, da Lei 7014/96), em face de **entradas de mercadorias não registradas** (Inciso IV, do § 4º, da Lei 7014/96), cuja regular norma procedimental para constituição do crédito fiscal na forma prevista no art. 142 do CTN, como feito neste caso, registra-se no Parágrafo único da Portaria 445/98, tendo em vista que o contribuinte autuado é **posto ou revendedor varejista de combustíveis**, e a penalidade aplicável para entradas de **mercadorias não registradas** sem pagamento do imposto incidente e devido é **100% do valor do imposto não recolhido tempestivamente** (Inciso III, “d”, do art. 42, da Lei 7014/96).

É de se ter em conta que há situações em que a apuração da ocorrência de “omissão de entradas” prescinde de auditoria por LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUE envolvendo, a uma só vez, o exercício fiscal anual, como modo de apuração, ou pode ter o levantamento quantitativo de estoque como instrumento coadjuvante de auditoria, aliado a outro método, a exemplo da situação aqui tratada, por identificação de excesso na variação volumétrica dos combustíveis para além do elástico limite admitido na Bahia (1,8387%).

É que a auditoria fiscal por levantamento de estoque em exercício fechado, é apenas um dos muitos procedimentos de auditoria fiscal capaz de fazer exsurgir a verdade material da movimentação empresarial com repercussão tributária, de modo que, por ser método regular de fiscalização (constatação de estoques de combustíveis em quantidade volumétrica que não se justificaria pela simples dilatação do produto regularmente adquirido, considerando o limite previsto pela ANP e pela Portaria 445/98 – 0,6% -, mas, que no caso excedeu ao elástico limite admitido no território baiano – 1,8387%), o procedimento fiscal entabulado neste caso não pode ser tomado por presunção.

Deste modo, se vê delineadas, além da hipótese de levantamento por exercício fechado, outras possibilidades de se apurar a omissão de entradas de mercadorias, bem como o levantamento quantitativo de estoque diário, especialmente para posto revendedor de combustíveis que diariamente controla o estoque efetuando registros no obrigatório e específico Livro de Movimentação de Combustíveis – LMC instituído pela Port. DNC 26/92, prevendo aceitáveis as variações para ajustes de perdas ou ganhos dentro do limite e 0,6% dos volumes disponíveis para comercialização no dia.

Portanto, por terem sido considerados como omissão apenas os ganhos diários que ultrapassaram o elástico limite de ganho por variação volumétrica admitido pela Bahia (1,8387%), mais de três vezes superior ao permitido pela ANP (0,6%), não procede o argumento defensivo de que as diferenças apuradas na ação fiscal decorrem dos próprios procedimentos operacionais do posto, quais sejam: a) Variações ocorridas na compra, transporte e armazenamento dos combustíveis (evaporação; imprecisão dos instrumentos de medição nos tanques de combustíveis; problemas nos encerramentos das bombas).

Para o presente caso, interessa expor o exemplo da autoridade fiscal autuante (não contestado pelo sujeito passivo) afirmando que um volume embarcado a 27º, quando comercializado a 29ºC não contrai, como alega o Impugnante, mas expande, pois, a Resolução CNP nº 6/1970 contém as tabelas de coeficientes para correção da densidade e do volume dos derivados de petróleo e, no exemplo, utilizando-se a densidade observada de 0,750 a 27ºC, a 20ºC a densidade seria 0,7554 que, quando corrigida a 29ºC gera uma densidade observada de 0,748. Ou seja, o volume aumenta com a dilatação e a densidade diminui passando de 0,750 a 27º para 0,748 a 29ºC. Então, se o volume inicial é 1.000 litros, sendo a massa constante, o volume final passa a 1.002,6738, implicando em aumento de volume de 27ºC para 29ºC de 0,26738%, inferior ao limite da ANP que é 0,6%, mais de três vezes inferior ao limite admitido pela SEFAZ-BA (1,8387%).



Em suma, excluída a possibilidade de erro nas anotações do contribuinte, o que não foi comprovado documentalmente, como exige a legislação, os ganhos cobrados não podem advir de dilatação térmica, evaporação, imprecisão dos instrumentos e medição ou qualquer outro fato relacionado à regular movimentação de combustíveis porque existem limitações, para tanto (Port. INMETRO 23/85, ABNT NBR 13781, ABNT NBR13787, ABNT NBR13312, ABNT NBR13784, dentre outras), como dos próprios combustíveis, cujas propriedades físicas variam dentro de parâmetros determinados pelos órgãos de controle (ABNT NBR 5992, ABNT NBR 7148 e Resolução CNP nº 6/1970, Port. MTIC 27/59).

Ademais, todas as ocorrências relativas às variações correntes devem constar registradas no LMC com abrigo na Escrituração Fiscal Digital – EFD, única forma de escrituração fiscal legalmente admitida com suficiência de prova a favor e contra o contribuinte, não podendo ser substituída por qualquer outro meio de controle interno ou mesmo LMC-Físico, como quer o Impugnante.

É que o procedimento fiscal do qual resultou o lançamento tributário em apreço, deriva das informações registradas pelo contribuinte em sua Escrituração Fiscal Digital – EFD, transmitida e validada no sistema SPED (única forma de escrituração com valor jurídico), notas fiscais eletrônicas emitidas e recebidas, bem como os cupons fiscais, além dos registros da movimentação do estoque de combustíveis lançados no Livro de Movimentação de Combustível contido na EFD.

No que diz respeito ao LMC instituído pela Port. DNC 26/1992, Res. ANP 23/2004, é destinado ao registro obrigatório e diário, pelo Posto Revendedor, dos estoques e das movimentações de compra e venda de combustíveis, devendo ser escriturado diariamente, procedimento também normatizado no Ajuste SINIEF 01/92 e art. 212, V, do RICMS-BA.

Importa fazer saber que na EFD dos postos revendedores de combustíveis se inclui a obrigatoriedade de informar os dados registrados do LMC, Registro 1300, em conformidade com o Ato COTEPE/ICMS nº 09/2008. Nesse contexto, a variação volumétrica permitida na medição do fluxo diário pela ANP é até 0,6%, do volume disponível, devendo se justificar, caso se ultrapasse tal limite, pois deve decorrer exclusivamente das condições de temperatura e pressão sob as quais estão submetidos os combustíveis. Os dados diários da movimentação possuem três Registros: 1300 (consolidação dos registros), 1310 (perdas e ganhos por tanque) e 1320 (saídas por cada bico de cada bomba), de modo que o controle dos estoques é anotado diariamente, bico por bico de abastecimento, e tanque por tanque, antes de ser consolidado a cada dia no Registro 1300, sendo cada dia independente do anterior e do seguinte.

Nesse contexto, aduzindo que o autuante desprezou o LMC-Físico em função da EFD e que a autuação recaiu somente sobre volumes a título de “ganhos”, o Impugnante arguiu que a auditoria se fundou em informações erradas contidas nos registros digitais do LMC da EFD, as quais devem ser resolvidas em conformidade com o LMC físico.

Pois bem. Com relação às “equivocadas” informações que deram azo à exação decorrente da auditoria, de logo observo serem dos exercícios 2019 a 2023 e, além de não configurarem inconsistência nos registros da EFD, pois somente é validada no SPED sem inconsistência, quando ocorre erros/equívocos nos registros, comprovando-se divergência com o fato ocorrido, a forma de correção consta formalizada em específica legislação (Ajuste SINIEF 02/2009, Cláusula décima; RICMS-BA: Art. 251).

Nesse sentido, observo que o termo “consistência” tratado no Ajuste SINIEF nº 02/2009 se relaciona ao leiaute efetuado pelo *software* de validação dos arquivos da EFD, considerando-se como tal, a “consistência de leiaute do arquivo”, sem a qual não será validado: I - a consonância da estrutura lógica do arquivo gerado pelo contribuinte com as orientações e especificações técnicas do leiaute do arquivo digital da EFD definidas em Ato COTEPE; II - a consistência aritmética e lógica das informações prestadas (Ajuste SINIEF: Cláusula décima, § 2º).

Assim, considerando que: a) não é caso de inconsistência para ter sido objeto de intimação para correção do LMC/EFD; b) o procedimento fiscal é regido pelo princípio inquisitorial, no qual, além de a participação do contribuinte ser prescindível, há casos em que sua não participação é até necessária para que a verdade material exsurja na auditoria; c) a EFD é a única forma com validade jurídica para escriturar a movimentação empresarial com repercussão tributária, pois, espelhando sua realidade comercial, prova a favor e contra o empresário, é de se constatar que a inércia do sujeito passivo para, se fosse o caso, retificar a EFD nos termos previstos na Cláusula décima do Ajuste SINEF, não se justifica e, por consequência, negativa o argumento defensivo.

Ademais, registre-se, que conforme o art. 123, do RPAF, na oportunidade da Impugnação ao auto de infração, a matéria relacionada com a situação que constitua o objeto da lide deverá ser alegada de uma só vez, devidamente acompanhada da prova documental, precluindo o direito de fazê-la em outro momento, salvo: I - fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior; II - se refira a fato ou a direito superveniente; III - se destine a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidos aos autos, o que não é o caso.

Ora, as informações que serviram de base à exação e que não tiveram objetivo protesto acompanhado de prova documental admitida no caso, são as que constam escrituradas pelo autuado na EFD, não se podendo acolher o argumento do Impugnante neste ponto, apenas alegando existirem dados divergentes nos registros da escrita fiscal do contribuinte, se valendo de LMC físico, haja vista que a escrituração fiscal digital “*se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos*” (art. 247 do RICMS/2012 e Convênio ICMS 143/2006).

Quanto à retificação de EFD que parece ser o objetivo do Impugnante, sua possibilidade é prevista na Ajuste SINIEF, e ao contribuinte interessado cabe a iniciativa

Eis a disposição legal pertinente:

***Cláusula décima terceira*** O contribuinte poderá retificar a EFD:

***I - até o prazo de que trata a cláusula décima segunda, independentemente de autorização da administração tributária;***

***II - até o último dia do terceiro mês subsequente ao encerramento do mês da apuração, independentemente de autorização da administração tributária, com observância do disposto nos §§ 6º e 7º;***

***III - após o prazo de que trata o inciso II desta cláusula, mediante autorização da Secretaria de Fazenda, Receita, Finanças ou Tributação do seu domicílio fiscal quando se tratar de ICMS, ou pela RFB quando se tratar de IPI, nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro de fato no preenchimento da escrituração, quando evidenciada a impossibilidade ou a inconveniência de sanear-la por meio de lançamentos corretivos.***

***§ 1º*** A retificação de que trata esta cláusula será efetuada mediante envio de outro arquivo para substituição integral do arquivo digital da EFD regularmente recebido pela administração tributária.

***§ 2º*** A geração e envio do arquivo digital para retificação da EFD deverá observar o disposto nas cláusulas oitava a décima primeira deste ajuste, com indicação da finalidade do arquivo.

***§ 3º*** Não será permitido o envio de arquivo digital complementar.

***§ 4º*** O disposto nos incisos II e III desta cláusula não se aplica quando a apresentação do arquivo de retificação for decorrente de notificação do fisco.

***§ 5º*** A autorização para a retificação da EFD não implicará o reconhecimento da veracidade e legitimidade das informações prestadas, nem a homologação da apuração do imposto efetuada pelo contribuinte.

***§ 6º*** O disposto no inciso II do caput não caracteriza dilação do prazo de entrega de que trata a cláusula décima segunda.

***§ 7º*** Não produzirá efeitos a retificação de EFD:

***I - de período de apuração que tenha sido submetido ou esteja sob ação fiscal;***

***II - cujo débito constante da EFD objeto da retificação tenha sido enviado para inscrição em Dívida Ativa, nos casos em que importe alteração desse débito;***

*III - transmitida em desacordo com as disposições desta cláusula.*

Portanto, tem-se que a responsabilidade pelos registros na EFD e sua transmissão ao SPED é de inteira e única responsabilidade do contribuinte, de modo que bem e corretamente agiu a autoridade fiscal autuante ao fundamentar a auditoria nos registros da EFD transmitidos e validados pelo contribuinte, via SPED-Fiscal,

Também não se permite ajuste de retificação de EFD, considerando registros do LMC físico na fase em que se encontra o caso, especialmente considerando a longevidade dos fatos, pois a verificada e explícita inércia do sujeito passivo em tempestivamente proceder a correção dos dados que diz equivocados/divergentes, de modo espontâneo, possibilita apagar dados já informados em EFD com valor jurídico.

Em tal contexto, é de se ter em conta que as provas do cometimento de todas infrações expostas no AI foram colhidas exatamente dos registros declarados e transmitidos pelo contribuinte na sua EFD. São valores constantes no Registro 1300, onde tidos como sobras, ultrapassaram o limite estabelecido na Portaria nº 445/98, que é 1,8387% da relação entre ganho e volume disponível (estoque no início do dia mais volume recebido no dia), percentual calculado com base em índices técnicos de ganhos e perdas admitidos como normal pela legislação baiana, valores que acima deste limite não pode contar com outra justificativa, senão a de entrada de combustível nos tanques de armazenamento (Infrações 01 e 02) e aplicação de penalidade formal pela ocorrência de divergências na escrituração da EFD que não se caracterizem como omissão, em cada período de apuração, fatos identificados nos períodos Outubro 2019 e Fevereiro 20123, e nem contestados pelo Impugnante.

Então, para as infrações de omissão (01 e 02), desnecessário seria confrontar os dados de ganho com as perdas no caso em tela, pois em situação similar que se daria numa eventual constatação decorrente de contagem física de estoque em que se verificasse mercadorias desacompanhadas de nota fiscal e ainda presente fisicamente, não haveria sentido em que esta fosse confrontada com possíveis perdas por extravios ou roubos.

Em definitivo, não vejo mérito no argumento que leva observar falta de congruência do parágrafo único do art. 10 da Portaria 445/98 com o método de auditoria aplicado no procedimento fiscal do qual resultou o lançamento em sede de revisão neste órgão administrativo judicante, no sentido de que, se de possível aplicação, somente a partir da data de sua publicação, pois o dispositivo incluído, apenas regulou, em benefício do contribuinte, o método de apuração que já era pertinente e operacional, haja vista que o referido dispositivo estabeleceu o índice mínimo para além do qual se determinaria a conclusão pela omissão de entradas de mercadorias, repita-se: em benefício do contribuinte, até por ser cerca de três vezes maior que o limite admitido pela ANP.

Tenho, pois, por indubitável, concluir-se que os “ganhos” de combustíveis escriturados e acima do elástico limite admitido na legislação baiana, sem comprovação documental de sua aquisição, representa omissão de entradas de mercadorias tributáveis independente da Portaria 445/98. Portanto, não se trata de criação de novo fato gerador. A portaria 159/19 apenas regulou forma mais eficiente para quantificar o *quantum debeatur* do fato gerador do ICMS “entradas de mercadorias não registradas”, haja vista ser hipótese de incidência anteriormente prevista à ocorrência do fato impositivo identificado nos autos (Lei 7014/96: Art. 4º, § 4º, IV).

Por fim e para colmo, tenho por impertinente a expressão do Impugnante dizendo “que passados 5 (cinco) anos não se tem papeis de leitura feitas ou mesmo anotações de encerrantes ou pequenos outros detalhes do que se passou”, pois: a) pelo exposto, a relação de causa e **efeito entre a apuração, o dispositivo adotado e o fato narrado resta firmado e, por constituir-se tributo sujeito à lançamento por homologação**, a responsabilidade dos registros do LMC e consequentemente, dos arquivos EFD é unicamente do contribuinte autuado; b) o Ente tributante crê na prévia outorga concedida ao contribuinte para elaboração da EFD como bastante e suficiente para gerir-se e autodeterminar-se no correto controle da movimentação empresarial com repercussão



tributária e os registros foram feitos; c) a fiscalização corretamente tomou a EFD efetuada pelo contribuinte como base para a ação fiscal que empreendeu; d) os excessos por variação volumétrica foram identificados; e) os cálculos dos preços médios unitários foram feitos; f) o imposto foi distinguido pela sua natureza; g) as omissões de entradas foram estabelecidas; h) o auto foi lavrado acompanhado dos demonstrativos que lhe dão suporte; i) de tudo foi dada ciência ao contribuinte; j) cada causa anterior teve o seu efeito posterior. Portanto, em termos de verdade material, tudo foi apresentado.

Quanto à alegada falta de perquirição junto ao contribuinte autuado acerca das irregularidades contatadas no curso da ação fiscal, é de se ter em conta que, diferente da fase processual onde a participação do contribuinte é necessária e indispensável em garantia do devido processo legal com seus corolários de contraditório e ampla defesa, o procedimento fiscal até a lavratura do AI (fase meramente investigativa), é regido pelo princípio inquisitorial. Nesta fase a participação do contribuinte pode ou não ocorrer, mas sempre no interesse do Fisco, pois há caso em que, além de prescindível, a não perquirição ao contribuinte, é necessária para que do processo investigativo surja a verdade material do caso, como apregoa o Impugnante.

O Impugnante alegou que o lançamento de ofício se ampara em "presunção de ocorrência de operações sem o pagamento do imposto", o que não é verdade, pois o caso não é de presunção, mas de efetiva constatação, extraída dos registros efetuados pelo próprio contribuinte autuado no LMC contido em sua Escrita Fiscal Digital – EFD, única forma de registro/controlar da movimentação empresarial com valor jurídico.

Portanto, repito, como anteriormente delineado, o caso em tela se refere a ocorrência de fato gerador do imposto em face da constatação de entradas de mercadorias tributáveis não registradas, apurada por regular procedimento de levantamento quantitativo de estoque ajustado para posto ou revendedor varejista de combustíveis, cuja forma de controle de estoque obedece a específica norma do controle/registro diário. Assim, em se tratando de omissão de entradas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, como verificado no caso em tela, exige-se o ICMS NORMAL e o ICMS-ST.

Deste modo, combinando o art. 4º, § 4º, IV, art. 6º, IV, art. 23, § 6º, II, “b”, todos da Lei 7014/98, com o art. 10, Parágrafo único, da Port. 445/98, constato o pleno enquadramento legal das infrações 01 e 02 por falta de recolhimento de ICMS, por antecipação tributária, na condição de responsável solidário, e de responsabilidade do próprio sujeito passivo, em se tratando de aquisição de mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, desacompanhada de documentação fiscal, que é o tema em apreço.

Registre-se, portanto, mais uma vez, que o ajustamento normativo estabelecido no referido parágrafo, objetivou esclarecer, com base na lei, a exigência fiscal decorrente da omissão do registro de entrada de combustível, derivado ou não de petróleo, caracterizada quando se verificar que a título de variação volumétrica em decorrência de dilatação térmica, a quantidade de litros escriturados diariamente como ganho no LMC, no Registro 1300 da EFD, excedeu 1,8387% da relação entre ganho e volume disponível de combustível.

**c) injustificada aplicação retroativa do § 1º do art. 10 da Port. 445/98.**

No curso da instrução processual de outro PAF de mesma matéria, o tema foi objeto da diligência à PGE-PROFIS, que no Parecer PROCESSO PGE/2021003035-0, opinou pela legalidade do ajuste na Portaria 445/98, bem como sua aplicação retroativa, que abaixo reproduzo na parte que interessa ao caso, com meus destaques:

*“Note-se que, sem dúvida, a norma lustrada na Portaria no 001/2020 **possui natureza eminentemente procedimental**, traduzindo-se num conjunto ordenado de atos administrativos e termos para a consecução da apuração do efetivo e real fato econômicos, porventura fato gerador do ICMS.*

*São normas internas da Administração Fazendária para o processo de fiscalização, apontando ao Estado-Administração como, quando ou de que maneira deve o ato de levantamento quantitativo de estoques se produzir.*

*Doutro giro, acresça-se aos fundamentos acima expendidos, que a retroação da norma se impõe, tendo em vista que as novas orientações internas objeto da presente discussão são benéficas ao contribuinte, na medida que possibilitam a aceitação de perdas nas operações comerciais do contribuinte, como perdas iminentes ao processo.*

*Desta forma, na mesma toada, a retroação se justifica pela norma esculpida no art. 106, II do CTN.” (grifei).*

**Deste modo, sendo norma meramente procedimental interpretativa, conforma-se com os artigos 106, I e 144, § 1º, do CTN, tendo plena pertinência e aplicação ao caso concreto.**

**Com meus destaques, eis as disposições:**

*Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:*

*I - em qualquer caso, **quando seja expressamente interpretativa**, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;*

*Art. 144. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.*

*§ 1º **Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.***

**Ressalte-se que como expressado em seus parâmetros, o Parágrafo único acrescido ao artigo 10 da Portaria nº 159, oferta maior precisão à exigência fiscal decorrente da omissão do registro de entrada de combustível, derivado ou não de petróleo, quando se constatar que a título de variação volumétrica em decorrência de dilatação térmica, a quantidade de litros escriturados diariamente como ganho no LMC, no Registro 1300 da EFD excedeu 1,8387% da relação entre ganho e volume disponível de combustível, de modo a fazer exsurgir, indubitavelmente, a verdade material do caso, já que em condições normais de temperatura é fisicamente impossível variação volumétrica dos combustíveis a que se refere, acima do elástico limite parametrizado.**

Destaque-se, também, que a Portaria nº 445/98 dispõe sobre o alcance dos procedimentos na realização de levantamentos quantitativos de estoques por espécie de mercadorias, consoante o seu art. 1º:

*“O levantamento quantitativo de estoques por espécies de mercadorias constitui modalidade de procedimento fiscal destinado a conferir as entradas e saídas de mercadorias do estabelecimento de contribuinte, num determinado período”.*

Portanto, sem fundamento lógico-jurídico a alegada impossibilidade de aplicação retroativa de apuração de imposto por levantamento quantitativo diário introduzida na Port. 445/08, aplicada neste caso.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 269138.0013/24-2, lavrado contra **POSTO TRONCOSO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no

valor de **R\$ 345.577,59**, acrescido das multas de 100%, sobre R\$ 317.422,16 e de 60% sobre R\$28.155,43, previstas no Art. 42, III e II, “d” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além de **R\$ 920,00**, relativo a penalidade por descumprimento de obrigações acessórias prevista no art. 42, XIII-A, “m” da Lei 7014/96, e dos acréscimos moratórios conforme estabelece a Lei nº 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 22 de abril de 2025.

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - JULGADOR

ZILRISNAIDE MATOS FERNANDES PINTO - JULGADORA

